

Edição 218 |
Maio de 2019
Publicação do
Sindicato dos Professores
Municipais de Santa Maria

primeira classe



Mobilização contra reforma da previdência e campanha salarial

Páginas 4 e 5

Memória Sinprosm: Cristina Rigão

Página 7

Orientações sobre assinatura do ponto

Contracapa

EDITORIAL

PRIORIDADES: AS DELES E AS NOSSAS

O obscurantismo do (des)governo de Jair Bolsonaro segue avançando como uma sombra, engolindo direitos e conquistas dos cidadãos brasileiros. Não bastasse o teor persecutório de suas declarações e de seus aliados com relação a atuação dos professores, o presidente vem justificando a redução de investimentos em educação – em especial no Ensino Superior – sob a falácia de doutrinação e “balbúrdia” nas universidades e institutos federais e de dar prioridade ao ensino de base.

A fragmentação entre os níveis da educação nacional é, por si só, um erro crasso! Cortes no orçamento de áreas estratégicas para o desenvolvimento do país, como no caso da Educação, certamente trarão consequências catastróficas em todos os demais setores da sociedade. É fato que, já

a médio e curto prazo, todos estaremos, de uma forma ou de outra, sentido os efeitos.

Por outro lado, a liberação de um bilhão em emendas parlamentares para agradar deputados e angariar votos favoráveis a reforma da previdência, deixa bastante evidentes as prioridades do presidente.

Por aqui, o chefe do executivo finalmente recebe a coordenação do SINPROSM, acompanhado dos Secretários de Finanças e de Gestão, para ouvir as demandas da categoria e iniciar as tratativas acerca do reajuste salarial. Na ocasião, não houve nenhuma proposta por parte da prefeitura, apenas as velhas justificativas sobre a situação “não tão

confortável” das finanças municipais. Uma semana depois, circula na imprensa a elaboração de projeto de lei para reajuste do funcionalismo municipal com um percentual de 3,75%, o que fica muito aquém da defasagem acumulada em relação ao Piso Nacional do Magistério e das perdas salariais dos professores, que se somam ao longo dos anos.

Além disso, alunos seguem sem professores, há problemas físicos e estruturais nas escolas, e ainda não temos indicativo de solução para a questão da hora atividade dos professores da Educação Infantil e anos iniciais; e o prefeito, sob o pretexto de “prudência e responsabilidade”, mantém o já batido discurso de ter chamado um grande número de professores e de manter os salários em dia.

Diante do panorama nacional e municipal, a categoria decidiu em assembleia parar no dia 15 de maio, acompanhando as manifestações de outras entidades representativas de profissionais em educação, contra o desmonte da educação pública e os impactos devastadores da reforma da previdência. Mais uma vez, conclamamos a categoria a somar nossas vozes aos demais trabalhadores e participar dos atos que ocorrerão durante todo o dia na praça Saldanha Marinho. É hora de invadirmos as ruas, manifestando nossa indignação perante a destruição iminente que assombra a todos nós! Se não o fizermos agora, não sobrá muito pelo o que lutar num futuro próximo.

“Cortes no orçamento de áreas estratégicas para o desenvolvimento do país, como no caso da Educação, certamente trarão consequências catastróficas em todos os demais setores da sociedade.”

CHARGE DO ELIAS



CRÔNICA EM REDE



ETERNOS MUTANTES

Foi Jean Piaget quem disse que a principal meta da educação “é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram.” Você colega, que vê em cada pessoa uma imensurável potência capaz de transformar tudo que lhe cerca e potencializando todas as possibilidades é o responsável por tamanha façanha. Quero te lembrar, nobre colega, que nos dias em que estamos com 20 (ou mais) crianças, estamos mudando o mundo de alguém, trazendo uma nova luz, um novo jeito de interagir com o outro e com o planeta, equipando uma nova geração para pensar mais, criticar mais, lutar mais...por um grupo e por si.

Mostramos naquelas horas entregues a docência, que além de currículo, a saberes ainda mais relevantes. Que a diferença une, não segrega. Que a paz de um grupo se forma na aceitação e no respeito e que o diálogo é a única ferramenta capaz de nos ajudar a evoluir. Que ajudar ao outro é ajudar a si mesmo. Sem romantismos nem rodeios, o professor é ferramenta de transformação, e que através da sensibilidade e da empatia muda a sociedade como um todo.

Não amiga, não é tarefa fácil! Sim, exige comprometimento! Não, nós não veremos o fim deste processo, mas pense comigo, quantos mundos você já mudou? Quantas famílias foram tocadas com o seu trabalho? De quantas pessoas tu conquistaste confiança e admiração? Não seja modesta, você sabe o poder que tem, e constrói rotineiramente, o poder do outro, empoderando ideias e seres. Lá mesmo, na pracinha modesta, na sala apertada, com tinta guache e massinha de modelar. Não se acanhe, mesmo que o produto seja o elogiado, nós sabemos que o processo fará a grande diferença. Orgulhe-se e continue resiliente! Nosso ofício é a grande lagarta...alimentamos as borboletas!

Daianna Feliciano
Professora de educação infantil na
EMEI Borges de Medeiros

Envie seu texto com até 2.000 caracteres (com espaços) para sinprosm@gmail.com e participe do Crônica em Rede!

FORMAÇÃO

POR QUE PRECISAMOS EDUCAR A HUMANIDADE?

VII Seminário Educação em Foco será de 6 a 9 de agosto com o foco na importância da educação no processo civilizatório

O avanço do preconceito, da violência, dificuldade de diálogo, respeito às diferenças, agressão ao meio ambiente e aos animais, todos são fatores relacionados à desumanização das relações, cada vez mais visíveis na sociedade midiaticizada. Onde vamos parar? Como frear os mecanismos que tornaram esse processo mais latente?

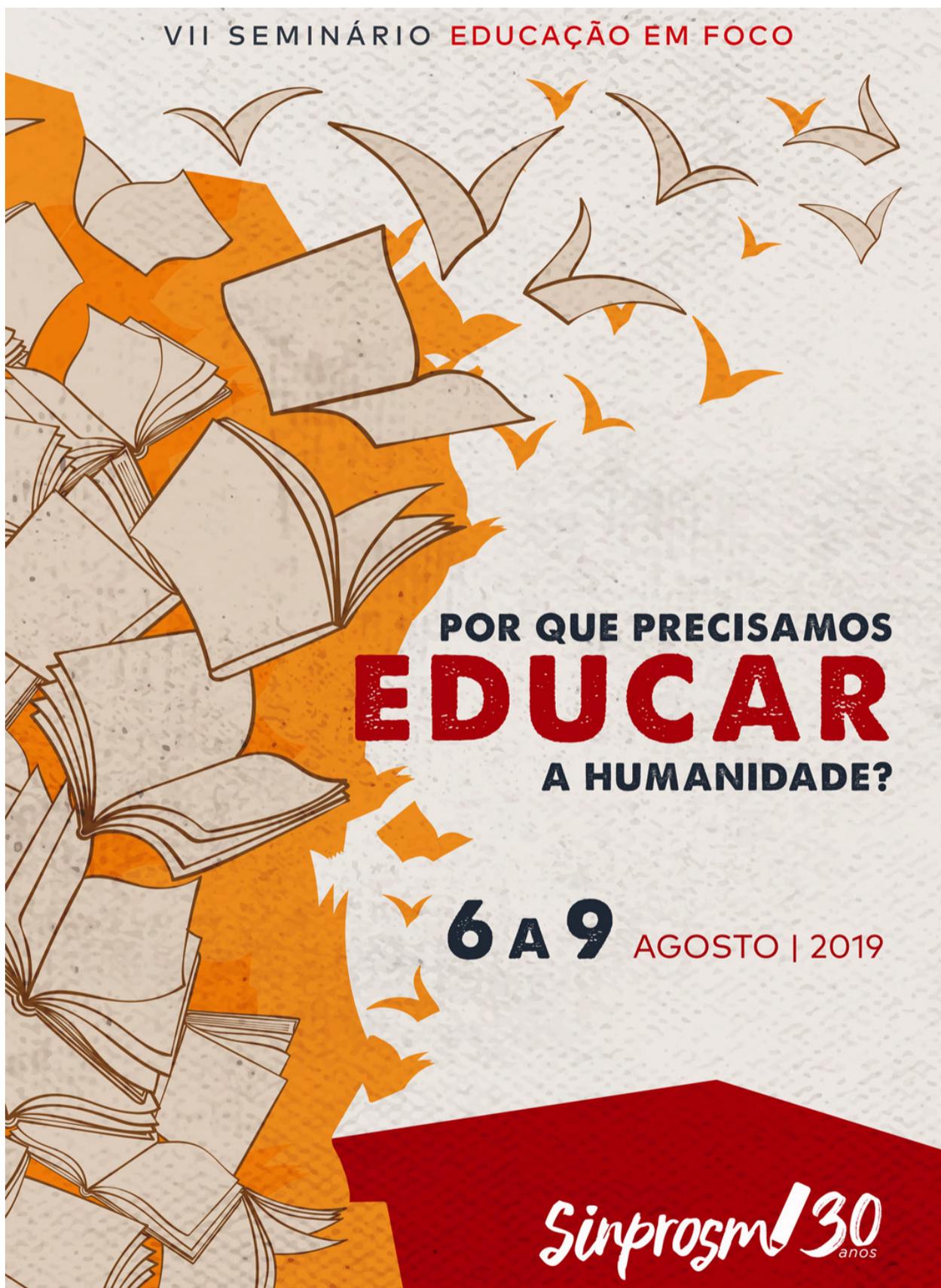
O Seminário Educação em Foco será um espaço para educadores de diversas áreas refletirem e proporem respostas a essas perguntas. A programação se estende de 6 a 9 de agosto no salão nobre do Clube Dores, com o tema “Por que precisamos educar a humanidade?”.

PALESTRAS E MESAS TEMÁTICAS

- A educação no Brasil hoje no contexto da crise humanitária mundial”, com a Prof^a Dr^a Carmem Maria Craidy
- Desafios para a educação das infâncias – pautas necessárias no atual contexto educacional brasileiro, com Dr^a Sandra Regina Simonis Richter (UNISC) e Dr^a Cleonice Tomazzetti (UFSCar)
- Documentação Pedagógica como instrumento de prática e avaliação, com Prof^a Giovana Alonso (UFSCar) e Prof^a M.^a Niqueli Streck Machado (UFRGS)
- Políticas Públicas em Educação Especial: Tempos e espaços, com Ma. Paula Xavier Scremin (UFSM) e Carolina Noya (UFSM)
- Educação de Jovens e adultos no atual contexto educacional, com Prof^a Dra. Ana Paula Zimmerman (Prefeitura Municipal de Santa Maria) e Prof^a Lenir Keller (Prefeitura de Santa Maria).
- A Construção de uma Base Curricular: disputas e projetos para a Educação Básica Brasileira, com a Dra. Nara Vieira Ramos (UFSM) e M.e Rafael de Brito Vianna (UNISC)
- Educar(-se) com um Olhar Sensível à Complexidade e Boniteza do Humano, com o Dr. Celso Ilgo Henz (UFSM)
- Formação Sindical, com Prof^a Dra. Maria Isabel Almeida (USP) e Prof^a M.^a Cleunice Fialho (CPERS)
- Previdência Pública: os impactos da mudança, com Eglon do Canto (Presidente do IPASSP)
- Momento Cultural com a Cia Sorriso com Arte

APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

A produção científica dos professores da rede municipal terá espaço durante o seminário. Os trabalhos serão apresentados durante as rodas de conversa, que serão espaços de trocas de experiências entre os profissionais inscritos.



Cada momento terá a apresentação de 8 a 10 relatos, para melhor organização do tempo e qualidade de debate.

Os eixos serão Infâncias e suas linguagens; Educação do Campo: vivências e saberes; Tecnologias e educação; Educação Ambiental; Caminhos em Educação Especial; Leitura e encantamento na escola; Práticas de Gestão; Atividades Físicas. Os trabalhos selecionados serão publicados em um e-book publicado após a realização do seminário.

INSCRIÇÕES

A inscrições serão online, através do site www.sinprosm.com.br/7seminario, que estará no ar na metade do mês de maio. Não há custo para sindicalizados do Sinprosm. Para os demais interessados, a taxa será de 100 reais. A inscrição de trabalhos será até 31 de julho, também através do site, mediante envio de resumo de até 1000 caracteres. Demais orientações constam do edital.

CAMPANHA SALARIAL

CATEGORIA PARALISA EM 15 DE MAIO

Assembleia de 24 de abril define mobilização em dois atos, com pauta local pela manhã e contra reforma da previdência à tarde

A assembleia convocada pelo Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria aprovou a proposta de paralisação da categoria para o próximo dia 15 de maio. A mobilização será articulada com a Greve Nacional da Educação contra o Desmonte da Aposentadoria, coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (central a qual o Sinprosm é filiado), e vai discutir a reforma da previdência e as reivindicações da categoria localmente. “Se a reforma passar como está, seremos seriamente prejudicados”, alerta a coordenadora de Organização e Patrimônio, Martha Najar.

Um reajuste salarial acima da inflação, equiparando o básico ao piso nacional da categoria, é a principal reivindicação da categoria. O índice pleiteado é de 15,9%. A defasagem do auxílio-alimentação, sem reajuste desde 2014, também está entre as pautas.

PLANEJAMENTO

Após uma interrupção no final do ano das reuniões do grupo de trabalho sobre a carga horária para atividades extraclasse, a coordenação do Sinprosm solicitou em março à SMEd a retomada do mesmo. Nesta terça-feira (23), aconteceu a primeira reunião do ano. A coordenadora de Finanças, Juliana Moreira, que participa do GT, relatou que a SMEd afirma já ter um estudo pronto e deverá apresentá-lo nos próximos encontros. Há consenso de que a prioridade é para a educação infantil, etapa em que o direito estabelecido pela Lei do Piso Nacional é menos respeitado.

FALTA DE PROFESSORES

Apesar do discurso oficial sobre o volume de nomeações, as turmas paradas e a sobrecarga de outros setores pela falta de professores ainda é uma realidade nas escolas. O Sinprosm alerta que os profissionais chamados estão entrando na rede para ocupar vagas abertas por aposentadorias ou afastamentos, sem a criação de novos cargos. “A prefeitura diz que isso é valorizar a educação. No entanto, estão apenas cumprindo sua obrigação de manter a educação funcionando. Não há mérito nisso e nem valoriza a categoria”, afirma Martha.



“Se a reforma passar como está, seremos seriamente prejudicados”, diz a coordenadora Martha

EFEITOS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA ASSUSTA PROFESSORES EM RODA DE CONVERSA

O Sinprosm convidou os professores municipais a discutirem no dia 28 de abril os reflexos que a reforma da previdência trará à categoria, se aprovada com texto original entregue pelo Governo Bolsonaro ao Congresso. O Dr. Héverton Padilha, do Wagner Advogados Associados, escritório que presta assessoria ao sindicato, trouxe um resumo da proposta e respondeu questionamentos dos presentes ao renovado salão de festas da sede.

A iniciativa de propor uma conversa aberta entre classe e assessoria jurídica deve-se à percepção de que ainda não há clareza para a maioria dos professores do prejuízo que trará a pro-

posta em tramitação. “É fundamental esclarecer aos colegas sobre os profundos impactos que a reforma da previdência vai impor em nossas vidas. Muitos tratam como se fosse uma ameaça distante, mas não é. Mexe com o nosso projeto de vida, nossa saúde mental, nossa segurança financeira na aposentadoria”, reforça a coordenadora de Comunicação e Formação Sindical, Celma Pietczak.

O Sinprosm estará destacando em suas redes sociais nos próximos dias os principais pontos elencados no encontro que dizem respeito à situação do magistério. “Os colegas que participaram saíram de cabelo em pé”, resume Celma.



Principais tópicos da proposta foram abordados pelo Dr. Héverton Padilha na noite do dia 28/05

CAMPANHA SALARIAL

SEM CONFIRMAÇÃO DO ÍNDICE DE REAJUSTE

Assembleia de 24 de abril define mobilização em dois atos, com pauta local pela manhã e contra reforma da previdência à tarde

O Sinprosm esteve reunido com a administração municipal no dia 26 de abril. O convite aconteceu na manhã do dia 24, poucas horas antes da assembleia da categoria. Resultado: nada de novo.

A coordenação apresentou ao prefeito Jorge Pozzobom, secretários Mateus Frozza (Finanças) e Marco Mascarenhas (Gestão e Modernização Administrativa) e a vereadora Lucia Duarte – Tia da Moto (PDT) as pautas elencadas pela categoria: equiparação do salário básico com o piso nacional, reajuste do auxílio-alimentação, falta de professores e horário de planejamento.

A tranquila situação fiscal da Prefeitura, certificada pelo TCE na certidão do dia 16 de abril, foi confirmada pelo secretário Frozza. Segundo ele, apesar da “situação relativamente confortável”, os números não traduzem a real situação econômica do município. Indica fatores do contexto econômico como decisivos para a “prudência e responsabilidade na gestão”.

Mascarenhas sugere que são “situações pontuais”, apesar do contínuo chamamento de novos professores. O Sinprosm defende que não há aumento significativo de matrículas de alunos na rede, vindos das escolas estaduais ou particulares, e que os novos professores aprovados em concurso apenas repõem vagas abertas com aposentadorias e afastamentos.

Os secretários demonstraram interesse no estudo divulgado pelo Sinprosm sobre as perdas históricas e a diferença para o piso nacional. A categoria reivindica 15,9% de reajuste no básico, equiparando-o ao piso nacional da categoria, de forma a recuperar parte das perdas históricas. O salário dos professores atualmente é 31,65% menor que o valor pago no primeiro plano de carreira, em abril de 1989.



Coordenadoras Martha Najjar, Juliana Moreira e Vera do Monte apresentaram as pautas da categoria ao prefeito Jorge Pozzobom

OUTRAS PAUTAS

Pozzobom questionou sobre o andamento do grupo de trabalho para tratar da carga horária para atividades extraclasse, direito estabelecido pela Lei do Piso Nacional do Magistério. Indicou que o assunto deve continuar a ser tratado diretamente com a SMED

Sobre a questão salarial, protelou a decisão, vinculando-a às análises das secretarias envolvidas. “Os guris vão continuar o estudo para o reajuste dos salários e do auxílio-alimentação”, confirmou Pozzobom. Ainda deu tempo de questionar a vereadora Luci Duarte sobre o reajuste do benefício definido pela Câmara de Vereadores e a possibilidade da casa não devolver verbas ao Executivo ao final do ano orçamentário.

Diante da inexistência de um índice de re-

ajuste, o Sinprosm entende que a reunião é reflexo da movimentação da categoria. “Como vínhamos dizendo, o governo está apenas reagindo à nossa mobilização. A falta de novidades e as diversas explicações demonstram muito bem essa situação”, conclui Martha Najjar.

BOATOS

No dia 2 de maio sugiu na imprensa a informação de que o governo estaria preparando projeto de lei com o reajuste de 3,75%, o que significaria a reposição inflacionária do período.

A coordenação entrou em contato com membros do governo para confirmar a informação, o que não ocorreu. “Nos passaram que ainda não há índice definido. Isso nem de perto contempla a nossa reivindicação”, comenta Martha.

Atraso das suplementações, verdadeiro presente de Dia do Trabalhador

O não pagamento dos valores relativos à suplementação de carga horária estremeceu e revoltou a categoria na virada do mês, quando do depósito dos salários referentes a abril. A coordenação do Sinprosm foi contatada por inúmeros professores, indignados tanto pela falta de informação prévia quanto pelo atendimento prestado a quem tentou contato pelo telefone na Superintendência de Recursos Humanos para entender o ocorrido.

A coordenação informou-se na Secretaria de Educação, que confirmou o erro e levantou

a possibilidade de folha complementar para quitar os atrasados, a ser confirmada posteriormente pela Secretaria de Gestão e Modernização Administrativa. Questionou também sobre os valores relativos aos meses anteriores, já até o momento não houve pagamento à totalidade dos professores que suplementam desde o início do ano letivo.

Na quinta-feira (2), as professoras Martha Najjar e Juliana Moreira estiveram na Secretaria de Gestão e Modernização Administrativa. O secretário Marco Mascarenhas garantiu que to-

dos os valores atrasados, em alguns casos referentes a fevereiro, março e abril, serão quitados através de folha complementar ainda em maio.

Não há confirmação do número total de professores nesta situação, porém, com a grande falta de professores na rede e a demora na posse dos concursados, o Sinprosm estima que mais de 100 professores estejam com carga horária suplementar.

A coordenação do Sinprosm continuará acompanhando a situação e à disposição dos colegas para esclarecimentos.

ARTIGO

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: SENTIDOS E POSSIBILIDADES

Em sua constituição histórica, a EJA surgiu como programas de alfabetização, reformas e campanhas nacionais associadas a projetos de governo voltados para o atendimento de requisitos básicos de escolarização. Paralelo a isso, Paulo Freire possuiu um papel importante ao ressignificar os sentidos atribuídos para a educação nessa etapa, ao propor que cada estudante é uma cidadã/cidadão e o ensinar/aprender precisa se encaminhar para uma educação libertadora.

A partir da experiência concreta de alfabetização realizada por Paulo Freire na década de 1960, organizou-se um espaço relevante para a discussão de metodologias voltadas para a educação de jovens e adultos. Ao se aproximar o ensino da realidade do estudante, teve como grande diferencial a valorização da conscientização. Conforme Freire (1979): “Quanto mais conscientizados nos tornamos, mais capacitados estamos para ser anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso de transformação que assumimos” (p.16). Nesse caminho, o estudante compreende a natureza das relações sociais que estabelece, aprende a se situar com sujeito e propor alternativas de superação de uma condição de opressão.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco ao ampliar o compromisso do Estado com a escolarização básica em qualquer idade. Também desencadeou a base legal da atual configuração da modalidade, que tem como referências fundamentais a LDB 9394/96 (BRASIL 1996) e a Resolução CNE/CEB no01 de 2000 (BRASIL, 2000). A partir dessas legislações foram elaboradas outras, com a finalidade de assegurar o atendimento aos adolescentes, jovens e adultos.

O sentido mais contemporâneo atribuído à modalidade se encontra na alteração ocorrida pela Lei No13.632 de 06 de março de 2018, ao dispor sobre a “aprendizagem ao longo da vida”, expressão acrescentada ao artigo 37 da LDB 9394/96. Segundo Gadotti (2019), a interpretação da “aprendizagem ao longo da vida”, ao mesmo tempo em que assume um tom mais amplo da educação, precisa ser aprofundada, com sensibilidade para apontar quais as especificidades a serem atendidas com essa concepção. Há de se considerar, que existe um contexto econômico de escala global, o qual permeia esses sentidos, conferindo uma lógica mercantil às aprendizagens.

No artigo segundo da Resolução do

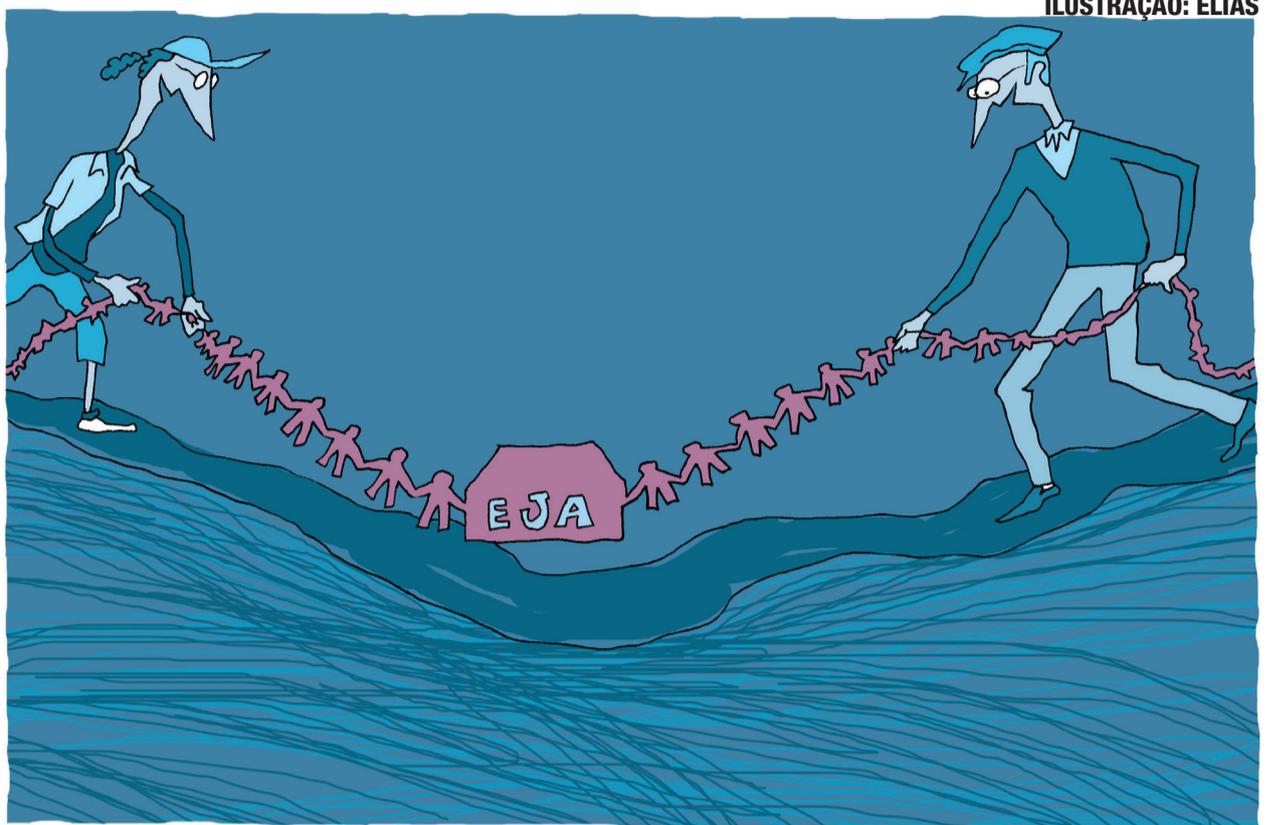


ILUSTRAÇÃO: ELIAS

CMESM Nº 33 de 05 de dezembro de 2014, que define as diretrizes curriculares para a EJA no sistema municipal de ensino de Santa Maria (RS), a modalidade é apresentada como “educação permanente”. Esse significado possui sua centralidade na perspectiva de “aprendizagem ao longo da vida”. Conforme discutido por Gadotti (2019), a “educação permanente” precisa ultrapassar uma “visão instrumental, voltada predominantemente para a eficácia produtiva e à competitividade” (p.04). Para além, é requerida sua constituição como possibilidade de humanização em contestação à ordem social vigente.

A EJA municipal possui uma trajetória de experiências inovadoras. O ensino noturno vem há muitos anos garantindo a inclusão social de inúmeros estudantes, justificando a permanência de vagas. Pelos méritos já alcançados, a EJA municipal precisa ser fortalecida em sua unidade, com diversidade de ações pedagógicas, projetos e parcerias tanto para o diurno, quanto para o noturno, garantindo o direito de todos. Também, registra-se a necessidade de mais turmas de alfabetização de jovens e adultos, devido à procura por esse nível de escolarização pelas comunidades.

A EJA possui uma história de lutas. Nos tempos atuais, se intensifica a necessidade de ressaltar sua pertinência e contribuições ao desenvolvimento de uma aprendizagem marcada pela conscientização, capaz de emancipar sujeitos.

Ana Paula da Rosa Cristino Zimmermann
Professora da EJA na EMEF CAIC Luizinho de Grandi
Graduada em Educação Física (UFSM)
Especialista em Gestão Educacional (UFSM)
Mestre e Doutora em Educação (UFSM)

REFERÊNCIA

BRASIL. Resolução CNE/CEB No 01 de 05 de julho de 2000. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>>. Acessado em abril de 2019.

_____. Lei No 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acessado em abril de 2019.

FREIRE, P. *Conscientização: Teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

GADOTTI, M. *Educação Popular e Educação ao longo da vida*. Disponível em: < https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Educacao_Popular_e_ELV_Gadotti.pdf>. Acessado em abril de 2019.

SANTA MARIA. Resolução CMESM Nº 33, de 05 de dezembro de 2014. Disponível em: < <http://www.santamaria.rs.gov.br/docs/noticia/2017/08/D23-1183.pdf>>. Acessado em abril de 2019.

Memória Sinprosm

CRISTINA RIGÃO, A PARTICIPATIVA

Alternando salas de aula da rede municipal, como professora, e do mundo acadêmico, qualificando-se profissionalmente, Cristina tem passagem marcante também na atividade sindical dentro do Sinprosm



Estudei sempre em escola pública, aqui em Santa Maria mesmo. Primeiro no Altina Teixeira, depois no Padre Caetano. Fiz o magistério no Olavo Bilac, depois faculdade na antiga FIC em Estudos Sociais, especialização também na FIC em Pesquisa. Mais tarde, já trabalhando, surgiu a oportunidade de fazer um curso novo, direcionado a professores da rede pública, em Mídias na Educação. Na UFSM foi a primeira versão EAD de cursos feito em etapas: só introdutório ou completo, que daí era uma especialização. Quando terminei, me empolguei com a história de estudar e resolvi fazer o mestrado na linha de aprendizagens com ênfase nas tecnologias. Engatei direto no doutorado na mesma linha e aqui estou eu, uma doutoranda depois de 20 e tantos anos de serviço.

ALFABETIZAÇÃO E INFORMÁTICA

Comecei a trabalhar mesmo em 90 na rede particular, no Lar de Joaquina, como alfabetizadora. Em 1996 que entrei no município, também como alfabetizadora, quando inauguraram o Diácono João Luiz Pozzobon, na Maringá. Fiquei vários anos lá e em determinado momento comecei a suplementar como professora de História. Fui supervisora também, trabalhei com o Pelotão Esperança. De lá eu fui para a Secretaria Municipal de Educação no governo do PT, em que trabalhei com o secretário Armênio, um amigo de infância que me convidou para o projeto de aceleração de aprendizagem, junto com

a Martha Najar e supervisão da Cláudia Dutra. Isso foi entre 2002 e 2003. Depois voltei para a escola, partilhada entre o Altina Teixeira e o EJA do Edy Maia Bertoia, e também suplementando no Padre Nóbrega.

No momento que recebi a titulação de professora em informática educativa, passei a trabalhar com a sala de informática no Padre Nóbrega. A escola ganhou a sala naquele ano, por que eu fiquei batalhando, nossa escola era uma das únicas que não tinha ainda, ficamos para o último lote de computadores do ProInfo.

SINDICALISMO

Quando era do particular, já era filiada ao Sinpro. Conheci o Sinprosm quando fui pedir ao Sinpro orientação sobre uma questão salarial, e eram no mesmo andar na Alberto Pasqualini. Entrei na rede municipal no Governo Osvaldo Nascimento e no ano seguinte começamos a receber atrasado, lá pelo dia 15 ou 20. Depois que ele perdeu a eleição, parou de pagar. Outubro, novembro e dezembro nós não recebemos. Nesse processo fizemos greve mesmo, de parar, e fui para dentro do sindicato, participei do comando de greve, íamos nas escolas. Foi quando conheci a Zulania, a Martha, o Antônio Lídio, a Circe. Apreendi com as gurias como falar, como argumentar com as colegas. Acompanhei tudo, mesmo não sendo da coordenação sempre estavam comigo. Mesmo na secretaria eu continuei participando. Depois, alguém tinha saído e a Zu me ligou dizendo que teria eleição no final

do ano e queriam que eu fizesse parte da coordenação. Comecei quase como hoje, indo nas reuniões sem fazer parte oficialmente.

DIÁLOGO E COLETIVIDADE

Só entrei na coordenação em 2004 e fui cediada em 2006. Apreendi muito, no início precisaram “costurar a minha boca” por que tenho mania de falar tudo o que penso e, principalmente frente à imprensa, tu passa a representar os teus colegas. Então tu não pode dizer o que tu pensa, tem que dizer o que é bom para a categoria. Outra coisa é quando está dialogando com a prefeitura, não é em teu benefício, mas em benefícios de todos. Apreendi muito no sindicato nesse sentido.

Também sobre legislações, fui atrás por que muitas vezes o colega chega com algum problema, as escolas vem e tu precisa mediar. Nós precisamos defender o direito do colega, indicar o melhor caminho. A mesma coisa é o diálogo com a prefeitura, que nunca é fácil e muitas vezes o prefeito e sua equipe não estão dispostos a dialogar contigo, como no caso do prefeito Schirmer. Naquela mesa que fazemos em todas as eleições com os candidatos, ele chegou dizendo que só estava ali por que o Pedro Aguirre tinha o trazido a força, que ele não queria estar ali. Como vai ter diálogo com uma pessoa assim? Mas tem que ter, tu representa a categoria.

PARTICIPAÇÃO

Muitas vezes o pessoal se exime. “Ah, mas o sindicato faz”. O sindicato não é nada se não tiver toda a categoria junto. Vendo as fotos de antigamente, com as assembleias lotadas, a gente pensa onde que as pessoas perderam a vontade de ir lá e dizerem o que querem. É triste. Talvez as novas gerações pensem diferente ou não tenham pego ainda um prefeito que tenha feito o que aquele lá atrás fez contra nós. Nós fomos pra rua por quê? Por que não tínhamos nada a perder, estávamos sem receber. É por isso que nosso sindicato até hoje é um dos mais respeitados. Por que sabem que quando quer vamos para a rua, fazemos movimentos organizados, sabe se mobilizar, mas já foi muito mais forte em termos de participação. É só a participação que resolve, por que nós aqui sozinhas não resolvemos nada e os prefeitos sabem disso.



Cristina (segunda da esquerda para a direita) em manifestação por bibliotecas na Feira do Livro de 2006

ORIENTAÇÃO QUANTO À ASSINATURA DO PONTO

As equipes gestoras das escolas levaram à coordenação, durante o mês de março, questionamentos sobre uma orientação recebida da Secretaria Municipal de Educação relativa à assinatura do caderno-ponto pelos professores. O documento distribuído, timbrado porém sem assinatura, cujo conteúdo foi reforçado em reuniões de gestão da SMEd, determina que o ponto não deve ser assinado durante os períodos relativos às atividades extraclasse, mas apenas na carga horária com regência de classe.

As dúvidas quanto ao novo procedimento, diferente do praticado até então para o controle da frequência dos professores, levou coordenação do Sinprosm a solicitar uma nota técnica à sua assessoria jurídica. “A mudança da forma de registro de presença, sem um embasamento que ficasse claro a professores e direções, causou estranheza a todos. O receio é de que fiquemos desprotegidos desnecessariamente, já que a hora-atividade faz parte da nossa carga horária regular”, explica a coor-

denadora Martha Najar.

A assessoria jurídica da Wagner Advogados Associados destaca em sua nota:

- o artigo do Plano de Carreira do Magistério Municipal (Lei Municipal 4.696/03) que define a distribuição da carga horária do docente em regência de classe e hora-atividade, esta última de no mínimo 20% do total para estudos, planejamento, avaliações e reuniões pedagógicas;
- a determinação no Regime Jurídico Único (Lei Municipal 3.326/91) do caderno-ponto como mecanismo para controle de frequência, frisando a não-existência de dissociação entre regência de classe e hora-atividade.

Assim, conclui que “é cabível e recomendável que os professores municipais registrem também as horas-atividades prestadas em seu controle de frequência”. O Sinprosm irá apresentar a nota à SMEd para que uma solução definitiva seja encontrada.

Inscrições abertas para duas novas oficinas

O Sinprosm está oferecendo novas opções de oficinas para seus sindicalizados.:

EXERCÍCIOS HIPOPRESSIVOS: combinação de exercícios posturais e respiratória, com o objetivo de fortalecer e reprogramar os músculos da faixa abdominal. Através da ativação dos músculos posturais e respiratórios é possível fazer com que o abdômen se contraia de maneira involuntária, o que visualmente dá impressão de ter o abdômen negativo. As aulas com o professor Cristiano Furquim Bianchini serão nas segundas (9h30min e 16h30min), quartas (19 horas), quintas (8h30min) e sextas (18 horas). Cada turma tem limite de cinco participantes. A reserva de vagas será diretamente com o professor no telefone (55) 99199 5607.

DANÇA DE SALÃO: a professora Tamara levará para o salão diversos ritmos: sertanejo, vanera, chamamé, forró, bolero, samba de gafieira, tango, bachata, dentre outros. Cada aluno poderá trazer seu par (não sindicalizado). As aulas serão às terças e quintas-feiras, sempre às 19 horas. Cada turma tem o limite de 15 pares. Inscrições e outras informações com a professora no telefone (55) 99193 8702.

Cartilha orienta servidor sobre direito à greve

Exercer o direito de greve ainda causa apreensão em muitos servidores públicos. Em meio a campanha salarial e às vésperas de uma paralisação, é importante que o professor municipal conheça os seus direitos.

Para esclarecer essas dúvidas, o escritório Wagner Advogados Associados, que assessoria juridicamente ao Sinprosm e outras entidades sindicais, está disponibilizando para consulta a sua Cartilha da Greve no Serviço Público. Editada em 2008, traz um modelo de perguntas e respostas que facilita a busca por informações.

O documento lista tópicos como legalidade das greves, diferenças entre greve e paralisação, punibilidade, formalidades dos movimentos grevistas, registro de frequências e a participação de servidores em estágio probatório. “Existem muitos colegas novos na rede e que podem se sentir ameaçados por estarem em estágio probatório. Temos embasamento jurídico suficiente para tranquilizar a todos sobre a luta pelos direitos”, afirma a coordenadora Martha Najar.

Material disponível para visualização e download. Acesse o arquivo em PDF em: <http://www.sinprosm.com.br/direito-de-greve/>

SINDICATO DOS PROFESSORES
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

Sinprosm
A FORÇA DOS EDUCADORES



CNPJ: 92458835/0001-08
Rua André Marques, 418. CEP: 97010-040
Santa Maria - RS
Contato: (55) 3223-0168 | 3025-5458

COORDENAÇÃO:
Martha Izabel Pauler Najar, Juliana Corrêa
Moreira, Vera Terezinha Simon Monte, Silvana
Peruzollo, Celma Pietczak e Leda Marzari

PRODUÇÃO, FOTOGRAFIA,
REDAÇÃO, REVISÃO E
DIAGRAMAÇÃO:

Paulo André Dutra - MTB 13.987

Impressão: Jornal Gazeta do Sul
Tiragem: 2.200 exemplares